

Querem acabar com sua aposentadoria!



Foto: Dino Santos

As centrais sindicais sempre estiveram nas ruas, em todo o Brasil, em defesa da Previdência e dos direitos sociais

Depois de diminuir o valor do salário mínimo, o governo de Jair Bolsonaro está tentando acabar com a aposentadoria dos trabalhadores do campo e da cidade. Primeiro, ele mandou para o Congresso a Medida Provisória (MP) 871/2019, que pode acabar com a aposentadoria dos trabalhadores rurais. Até o fim deste mês, vai enviar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) com novas regras para os trabalhadores da iniciativa privada. Nos dois casos, os trabalhadores mais pobres, que começam a trabalhar mais cedo, serão os mais prejudicados. As propostas de Bolsonaro não atacam as aposentadorias milionárias, nem os patrões que deixam de contribuir com o INSS, sonégam, fazem falcatruas. Pior: beneficia instituições financeiras.

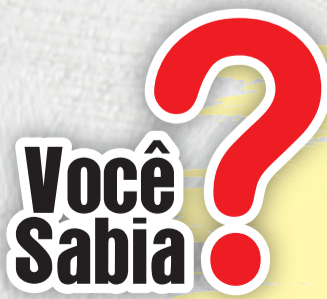
PARTICIPE DA ASSEMBLEIA NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA
20 de fevereiro, às 10h, na Praça da Sé (SP)

DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA E CONTRA O FIM DA APOSENTADORIA

Em defesa da aposentadoria, as centrais sindicais seguem em campanha permanente e alertam a classe trabalhadora: a proposta de Bolsonaro é pior do que a de Temer, que derrubamos com a maior greve da história, em abril de 2017, quando 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras foram às ruas protestar contra o fim da aposentadoria.

A reforma da Previdência de Bolsonaro acaba com a aposentadoria digna do povo brasileiro.

Nossa luta é por uma Previdência Social pública, universal, com valorização real, sem privilégios e que amplie a proteção social para quem mais precisa deste sistema!



Os devedores da Previdência são os grandes empresários, que acumularam uma dívida até 2015 de R\$ 374,9 bilhões, mais do que o dobro do suposto rombo (R\$ 149 bi) que o governo justifica para fazer a reforma. Somente com desonerações e renúncias foram mais de R\$ 283 bilhões que deixaram de entrar nos cofres da seguridade.

Querem deixar seu futuro na mão dos bancos

Desde a campanha eleitoral, Jair Bolsonaro e Paulo Guedes, ministro da Economia, homem do mercado financeiro, indicaram que a reforma da Previdência era prioridade para eles.

Sem diálogo com o povo, Bolsonaro e seus apoiadores querem acabar com a aposentadoria por tempo de contribuição, impor idade mínima de 65 anos para homens e mulheres e, ainda, implantar o modelo de capitalização da Previdência, no qual os trabalhadores abrem contas individuais e depositam todos os meses. A capitalização substituiria o atual sistema de repartição, financiado de modo tripartite (estado, empresas e trabalhadores contribuem), no qual quem está no mercado garante o pagamento dos benefícios de quem se aposentou.

Quem administra a capitalização? Bancos, seguradoras e até fundos de pensão de estatais. Como farão? Do jeito que acharem melhor. Com cobranças de muitas taxas, é claro.

A capitalização adotada em países como Chile, México e Argentina há alguns anos levou os idosos à miséria e muitos países estão revendo o modelo.



Entenda isso no Brasil

PREVIDÊNCIA PÚBLICA ATUAL

Quem contribui 35 anos com R\$ 79,84 recebe uma aposentadoria mensal de R\$ 998,00

PREVIDÊNCIA PRIVADA

Quem contribuir 35 anos com R\$ 100,00 recebe uma pensão mensal de R\$ 234,54*

*Renda vitalícia; perfil de investimento conservador; sem aporte de entrada (opções similares às características da previdência social pública); Resultados obtidos no Simulador Zurich.

Fonte: DIEESE

Mundo afora



Chile: Em 1981, a ditadura de Pinochet adotou o modelo de capitalização, o mesmo que Bolsonaro quer para o Brasil. Sem proteção do Estado e nem aporte dos patrões, os trabalhadores tiveram que contribuir individualmente, tendo suas poupanças administradas por empresas privadas. O resultado foi trágico: hoje, trabalhadores que deveriam se aposentar* com R\$ 2.635, recebem entre R\$ 660 (mulheres) e R\$ 870 (homens). Isso significa que eles recebem a metade do salário mínimo chileno, numa condição desumana.

* Cálculo feito a partir de Dados da Superintendencia de Pensiones del Chile.



México: A reforma da Previdência no México foi adotada em 1997 com a mesma lógica da capitalização. Mas, como muitos trabalhadores não têm carteira assinada e não conseguem contribuir para a aposentadoria por conta dos baixos salários que recebem, certamente ficarão sem o benefício ao chegarem aos 65 anos, a idade mínima para se aposentar no México. Isso já ocorre atualmente com 77% dos idosos num país onde mais de 45% da população vive na extrema pobreza.

** Dados da reportagem da Carta Capital, de março de 2017.



Países como **Austrália, Áustria, Croácia, Suíça**, entre outros, adotam a diferenciação de idade entre homens e mulheres para se aposentar, pois eles entendem que as mulheres enfrentam condições desiguais ao longo da vida, como a dupla ou tripla jornada de trabalho.

Com quem a maldade será maior

Veja como a proposta de reforma da Previdência do governo Bolsonaro afetará os trabalhadores



MULHERES: As mulheres têm o direito à aposentadoria diferenciada devido às condições que lhe são impostas na sociedade. Elas recebem menos; trabalham, em média, cinco horas a mais do que os homens; e são as principais responsáveis pela educação dos filhos. Bolsonaro já fez inúmeras declarações desconsiderando isso.



RURAIS: O debate sobre essa questão ainda está em aberto. Mas sabemos que uma proposta mais agressiva, como a que tem sido discutida por Bolsonaro e seus apoiadores no último período, pode mudar radicalmente as regras para os rurais, pois o novo governo pode aumentar o tempo de contribuição, a idade mínima ou, ainda, mudar a forma de contribuição desses trabalhadores. Se isso acontecer, a pobreza no campo aumentará, assim como a migração de trabalhadores/as, que buscarão oportunidades em outros lugares.



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: Querem acabar com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que é pago às pessoas com deficiência e idosas, de famílias pobres. Além de aumentar a idade para receber e diminuir o valor pago, sendo inferior ao salário mínimo.



PENSÃO POR MORTE: No caso das pensões, não será mais possível acumular pensão por morte e aposentadoria, considerando que a maioria das pessoas recebem apenas um salário mínimo por benefício. Terão de escolher um dos dois.



APOSENTADORIA ESPECIAL: Concedida aos trabalhadores que atuam em atividades prejudiciais à saúde, o benefício também pode sofrer mudanças. Hoje essa aposentadoria pode ser solicitada com 15, 20 ou 25 anos de contribuição, dependendo da função exercida. Muitos trabalhadores serão afetados com essas mudanças. Os professores, por exemplo, que exercem atividades penosas reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), também podem ser afetados radicalmente pelas novas regras.



SERVIDORES: Já foi feita uma reforma da Previdência para os servidores, quando foi alterada a idade para acesso, mas querem arrochar, mais uma vez, as regras para os servidores federais e também os estaduais, uma vez que os estados devem acompanhar a decisão da União.

ASSEMBLEIA NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA EM SÃO PAULO
20 de fevereiro
na Praça da Sé (SP), às 10h

Dia Nacional de Luta em Defesa da **Previdência Pública** e Contra o Fim da Aposentadoria
#Universal #Igualitária #ParaTodos #ParaTodas

